

Educação é a base: a discursividade da propaganda do governo federal

L'éducation est la base: la discursivité de la propagande du gouvernement fédéral

Joelma Aparecida Bressanin¹
Universidade do Estado de Mato Grosso

◆ RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender a discursividade produzida pela propaganda política referente às reformas educacionais empreendidas pelo atual governo federal e tomamos como objeto de análise um vídeo sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Pautamo-nos na teoria da Análise de Discurso materialista, formulada pelo círculo de intelectuais em torno de Michel Pêcheux, na França, no final da década de 1960 e, posteriormente, difundida por Eni Orlandi e outros linguistas, no Brasil. Por meio da análise, observamos, na textualização da propaganda sobre a BNCC, uma discursividade que se constrói a partir do efeito do pré-construído de que a educação é capaz de superar a desigualdade social e do efeito de sustentação de que o referido documento se configura como um trabalho construído “democraticamente”.

◆ PALAVRAS-CHAVE: Propaganda política. Base Nacional. Reformas educacionais.

◆ RÉSUMÉ: L'objectif de ce travail est de comprendre la discursivité produit par la propagande politique liée aux réformes éducatives entreprises par le gouvernement fédéral actuel et nous prenons comme objet d'analyse une vidéo sur la Base Nationale des Programmes d'études (BNCC). Nous parlons de la théorie de l'Analyse du Discours, formulée par le cercle d'intellectuels autour de Michel Pêcheux en France à la fin des années 1960 et ensuite diffusée par Eni Orlandi et d'autres linguistes au Brésil. Grâce à l'analyse, nous avons observé dans la publicité sur textualisation BNCC, un discours qui est construit de l'effet de pré-construit que l'éducation est en mesure de surmonter les inégalités sociales et de maintenir l'effet que le document est se configure comme un travail «démocratiquement» construit.

◆ MOTS-CLÉS: Propagande politique. Base nationale. Réformes de l'éducation.

Introdução

Este estudo seleciona para análise um vídeo elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), produzido para apresentar e divulgar a Base Nacional Curricular Comum (BNCC)². Trata-se de uma propaganda sobre o referido documento, que tem caráter normativo e prescritivo, pois servirá de diretrizes para que as escolas e os sistemas educacionais elaborem seus currículos, constituindo-se, desse modo, mais que um instrumento de gestão pedagógica, um produto das ações empreendidas sob a administração do atual governo federal, portanto, parte de uma política de Estado.

Neste artigo, queremos expor os gestos de interpretação constituídos na materialidade discursiva das políticas públicas de ensino que tem sido nosso objeto de investigação e de reflexão. Nosso objetivo é compreender a discursividade produzida pela propaganda governamental, por meio das diferentes materialidades que se desdobram em um espaço

¹ Doutora em Linguística pela UNICAMP. PPGL/CEPEL/UNEMAT. joelmaab@hotmail.com

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dRTN_4qWGcs. Enviado pelo MEC dia 7 de abril de 2017. Outras informações sobre o documento estão disponíveis em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-construcao-da-base>.

contraditório, para observar as formas de circulação dos discursos enquanto objetos a saber que se constroem em processos discursivos.

Pelo viés da Análise de Discurso, compreendemos o significante enquanto materialidade simbólica que responde, de uma forma ou de outra, a uma necessidade histórica do sentido (ORLANDI, 2007) e que significa na sua relação com outros significantes. Observamos que embora haja imagens visuais que vão se articulando às verbais, vamos nos ater, especificamente, à materialidade verbal, à língua. Ou seja, trabalhamos com a noção discursiva de recorte, para compreender, no jogo da textualização da propaganda sobre a BNCC, o discurso sobre o processo de elaboração do documento, verbalizado/narrado por uma voz feminina ao longo do vídeo.

O trajeto de leitura que apresentamos resulta das reflexões propostas por Michel Pêcheux e desenvolvidas por Eni Orlandi³ sobre a questão da leitura. De uma leitura que se pretende não-subjetiva ao explicitar o modo de produção do discurso, o processo discursivo; de uma leitura considerada interpretação, afetada pela ideologia. Nessa direção, ressaltamos que a teoria da Análise de Discurso pensa a enunciação determinada pela discursividade – a discursividade é entendida como um processo de reformulação de um enunciado através do qual ele é posto em funcionamento, surgindo como uma de suas possíveis formas de atualização.

Lembrando que pela ideologia se naturaliza o que é construído pela história como se a relação entre linguagem/pensamento/mundo fosse direta. Contudo, ao interpretar o sujeito é afetado pelo inconsciente, isto é, pela relação entre linguagem/interpretação/ideologia o sujeito tem a ilusão de completude, de transparência de tudo o que se lê, se diz e se significa. Assim, tomamos como objeto de análise a propaganda governamental divulgada na mídia para mostrar que o efeito de evidência dos sentidos é produzido pela ideologia e o investimento nessa prática política, historicamente, tem tido avanços consideráveis.

1. O funcionamento das propagandas políticas

Quando tomamos a propaganda governamental para reflexão, reportamo-nos ao trabalho de Pêcheux ([1979] 2011), *Foi propaganda mesmo o que você disse?*, em que o autor propõe uma reflexão sobre a propaganda a partir de alguns elementos históricos e toma como exemplo um especialista, Tchakhotin. Buscando interpretar historicamente as teses de Tchakhotin, a partir das bases da história política da propaganda, o autor se propõe a interrogar as práticas contraditórias que se instituíram de diferentes formas no desenvolvimento do capitalismo.

Analisando o funcionamento da propaganda política stalinista, Pêcheux ([1979] 2011, p. 86-7) observa:

O duplo discurso stalinista é uma língua de Estado, isto é, uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência de relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer. Esta língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente: o dizível e o existente devem coincidir sem falha nos enunciados performativos do stalinismo, pronto para que a falha retorne pelo viés do absurdo.

De acordo com o autor, as condições de assujeitamento político e ideológico do capitalismo após a guerra foram profundamente modificadas. O Estado capitalista moderno passou a se utilizar de toda a arte da propaganda para atingir as massas populares, por meio da língua de Estado, que representa o real sob uma falsa aparência. Nesse processo, acrescenta o autor: “a política do ‘performativo’ parece ter representado um papel decisivo; quando dizer

³ Trazemos o percurso de leitura de Michel Pêcheux, especialmente, o modo como Eni Orlandi nos possibilita (re)ler os trabalhos do autor para homenageá-la no *V Encontro em Análise de Discurso: os estudos orlandianos em foco e III Encontro Nacional de Semântica e Análise de Discurso: marcha, identidade e fronteira*, realizados na UEMS em março de 2017.

equivale a fazer, a política tende a se tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado”. ([1979] 2011, p. 89).

Reportamo-nos também ao artigo de Orlandi (2012), *Propaganda política e língua de Estado: Brasil um país de todos*, para observar como no *logo* do governo federal: *Brasil um país de todos*, não se fala em Povo, nem em Nação nem em Estado: se fala em país de todos. Teoricamente, a autora apresenta pela análise da propaganda, o modo como compreende a relação entre o efeito de pré-construído e o efeito de sustentação, ou seja, *espécie de retorno de saber no pensamento* (Cf. PÊCHEUX, [1975], 2009, p.102).

Segundo Orlandi (2012), no efeito de sustentação do *logo* do governo federal “um país de todos”, há o funcionamento de uma evocação ambígua, que reporta a língua de Estado, funcionando pela propaganda e, também a denominada de língua de vento (DEBRAY *apud* PÊCHEUX, [1975], 2009, p.89), na qual se sustenta a política do performativo, em que os gestos e as declarações substituem as práticas, remetendo ao mesmo tempo a “cada um” e a “ninguém”.

Sob esse viés teórico, nosso propósito é compreender no modo como na propaganda da BNCC, a discursividade posta em circulação faz parecer que o que se declara se realiza, configurando um lugar para os profissionais da educação no processo de construção e/ou execução desta “nova” proposta.

2. A Base Nacional Comum Curricular

Tomando a materialidade significativa para um gesto interpretativo, vamos fazer dois movimentos: o primeiro movimento visando à rede de sentidos, a filiação a uma memória, em que o enunciado “Educação é a Base” se inscreve. E o segundo, suas relações com outros enunciados com os quais se articula/convive, na atual conjuntura sócio-política.

A primeira coisa a se observar é que estamos diante de uma forma declarativa afirmativa: “EDUCAÇÃO É A BASE”, asseverada como uma verdade absoluta e com apelo à educação: “A educação é peça chave no desenvolvimento da sociedade e do país” (BNCC, 2017).

O pré-construído desse enunciado “A educação é peça chave no desenvolvimento da sociedade e do país” é “Não há país desenvolvido sem educação de qualidade”, com suas paráfrases: “O país deve investir na educação” ou uma equivalente “Investir na educação é investir no desenvolvimento. Ou seja, o efeito do pré-construído (da memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar e diferentemente, sustentando o efeito do já-dito) em articulação com outros discursos, atualizando os sentidos.

Considerando a atual conjuntura política do Brasil, a paráfrase: “Investir na educação é investir no desenvolvimento”, deriva para “Investir no desenvolvimento do país é fazer reforma na educação”.

Compreendemos que é no pré-construído de que “Não há país desenvolvido sem educação de qualidade” que está a armadilha, o engano na propaganda. Algo desliza e falha. Ao dizer que:

(1) EDUCAÇÃO É A BASE

Sustenta-se o argumento de que:

(2) A REFORMA É O CAMINHO

O sentido desliza de uma primeira luz diante das dificuldades que o país enfrenta ao vislumbre da retomada do crescimento e do desenvolvimento: a solução virá com reformas! Dito de outro modo, o problema da desigualdade socioeconômica se desloca

para a desigualdade educacional, uma vez que a educação passa a ser considerada o único meio de se superar a desigualdade primeira.

Além disso, saindo dessa família parafrástica, há outros dizeres que não são ditos e que significam diferentemente: a relação da educação com a condição social, com a estrutura e funcionamento da sociedade gerida pelo Estado - os não-ditos, que constituem igualmente os sentidos do que é dito – e justamente, o que se deve lembrar de esquecer.

A educação, de acordo com Orlandi (2012, p.141), “se praticada como formadora do indivíduo na sua relação com o social e o trabalho, poderia dar condições para o sujeito intervir nas formas sociais”. Todavia, não é o que se discute. Não se garante educação de igual nível ao povo. Na maioria das situações, o ensino técnico torna-se a melhor (ou a única) opção para aqueles que necessitam ingressar no mercado de trabalho. Nota-se que tais propostas não apontam para uma ruptura na estrutura social. Não se pratica mudanças, pratica-se reformas!

O que nos leva a concluir que o efeito do pré-construído atua na formação do consenso e mais uma vez o que se evita falar é sobre a divisão social. Que mais uma vez é adiada.

O enunciado “Educação é a Base” inscreve a educação numa rede de sentidos que remonta aos ideais nacionalistas da Nova República, filia a uma memória de educação como uma questão nacional e, nessa direção, a educação passa a ocupar um lugar privilegiado no conjunto de reformas que o governo quer realizar. Pois é significada como condição do próprio desenvolvimento social.

Esse enunciado base da propaganda política não discerne o que circula entre todo mundo e ninguém, cada um e os outros quando assevera de modo genérico que a educação é a base a que “todos os alunos têm direito”. (BNCC, 2017). A discursividade produzida pela propaganda diz garantir a cada um dos alunos ou a todos eles, as mesmas oportunidades de aprendizagem. Idealiza-se um conjunto de saberes comum, produzindo na ilusão de igualdade, o apagamento das diferenças sociais. Apaga-se, também, nesse processo, o político.

Interessa-nos discutir, particularmente, as etapas do processo descrito no vídeo, que para nós são muito significativas. As ações são descritas nesta sequência:

1. Redação da primeira versão;
2. Consulta pública aberta para toda a sociedade (entre outubro de 2015 e março de 2016);
3. Redação da segunda versão;
4. Seminários estaduais para discussão com professores e gestores (23 de junho e 10 de agosto de 2016);
5. Elaboração da versão final, a partir das sugestões de professores, gestores e pareceres técnicos;
6. Envio ao Conselho Nacional de Educação (CNE);
7. Homologação pelo Ministro da Educação (2017).

O que se observa nesse conjunto de ações é um discurso sobre o processo de elaboração do documento que vai se repetindo, exaustivamente, de modo a fazer ecoar na maioria das propagandas do atual governo um discurso sobre construção/gestão participativa. Processo que estabelece relações com uma rede de sentidos que vão sendo retomados pelo trabalho da memória e do equívoco, na medida em que vai se construindo uma direção de sentidos (dentre outras possíveis) para o que entende por política de Estado democrático de direito.

Para sustentar essa discursividade, descreve-se o percurso histórico que se configura no documento como determinante na legitimação da construção da reforma educacional:

a) a Constituição Federal de 1988 - lugar a partir do qual o jurídico legitima, institucionaliza as políticas de ensino;

b) a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 - onde se configura o sentido de uma educação nacional no Brasil, posta numa relação com a sociedade e mediada/marcada por uma relação outra com o trabalho;

c) o Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 - documento administrativo que norteará as estratégias de ações do governo;

d) o pacto interfederativo – lugar onde vai se constituindo o discurso sobre a parceria e o trabalho coletivo.

Entendemos que esses documentos jurídicos e administrativos vão construindo o lugar para o Estado brasileiro, fundado pela ideologia capitalista, ao mesmo tempo que vão significando a educação por meio de relações já estabilizadas, em que as evidências neutralizam as divisões e produzem efeitos de verdade.

Nesse sentido, são postas em confronto duas discursividades: uma que coloca a educação como base (a chave) para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país e uma outra que coloca a construção da BNCC como processo construído coletivamente (ouvindo educadores e sociedade). O que nos instiga a questionar: Que lugar os profissionais da educação ocupam nesse processo? Em que medida participam da elaboração do documento?

A primeira discursividade se constrói a partir do efeito do pré-construído, o de que a Base Nacional “representa um instrumento para a promoção da equidade” (BNCC, 2017), pautada no direito do aluno à educação. A segunda, no efeito de sustentação, ou seja, o funcionamento de uma evocação ambígua: afirma que a elaboração do documento é “fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira” (BNCC, 2017).

Tomando a propaganda em análise na relação com outras que o governo federal tem propagado na mídia, vemos que esta última discursividade sobrepõe-se à primeira, pois pelo funcionamento discursivo, nota-se a inscrição de diferentes agentes como responsáveis pela elaboração do documento, nos enunciados: “recebeu 12 milhões de contribuições”, passou pela avaliação/exame de “mais de 9 mil professores e especialistas” (BNCC, 2017). Os especialistas produziram pareceres sobre o documento e os demais professores e gestores foram ouvidos nos Seminários.

No discurso do governo, a BNCC configura-se em um trabalho construído “democraticamente” e, em seu funcionamento, a produção de sentidos pode ser interpretada de dois modos distintos: ao mesmo tempo em que sustenta a prática política como democrática, o Estado se exime da responsabilidade de seus resultados, atribuindo-a ao Comitê Gestor e aos demais envolvidos (e ouvidos) no processo de elaboração do documento.

Consideramos, ainda, na textualização da política de ensino que se delinea, que há também uma atualização dos sentidos de benevolência e de assistencialismo (Cf. PFEIFFER, 2003) em detrimento do político. A definição de Base como “o conjunto de aprendizagens essenciais a que todos os alunos têm direito na educação básica” (BNCC, 2017) aponta para essa direção. O Estado garante oferecer as “mesmas” oportunidades de aprendizagem a “todos os alunos”, mas produz na indeterminação “todos”, o apagamento das diferenças. Neste caso, independentemente desses direitos se efetivarem, o espaço de sentido possível do político que configura esses movimentos é o da *concessão*. Conforme Pfeiffer (2010, p. 98), “o político como argumento sustenta o não deslocamento, mantendo o sentido de benefício para aqueles que têm garantido direitos”.

Em outras palavras, o Estado, de maneira intervencionista, garante seu controle sobre a educação estabelecendo uma Base Nacional Curricular Comum que irá orientar “as políticas educacionais que serão implementadas nas escolas de todo o país” (BNCC, 2017) e evita pôr em discussão (mas reafirma) a dualidade da educação no país: e o que se procura lembrar de esquecer pela indeterminação do “todos” é que o sujeito enunciativo inscreve seu dizer numa

formação discursiva específica, que por sua vez tem relação com a formação ideológica, que sustenta a divisão do ensino: o ensino básico e o ensino técnico destinados a todos (ao povo) e o ensino superior restrito a alguns (à elite quase sempre). Reafirma, desse modo, a divisão de sentidos, a divisão social entre sujeitos.

Sendo assim, o sentido de um Estado que está integrado com o sistema educativo deriva para outro, o da benevolência e do assistencialismo etc. (Cf. PFEIFFER, 2010).

Pode-se notar que há um discurso do “sucesso” funcionando em grande escala na sequência discursiva: “A Base Nacional terá um papel decisivo na formação integral do cidadão e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2017). Observamos um modo de enunciação determinado, produzindo efeitos de verdade, de legitimidade. Como se tudo fosse muito bem com o processo de reformas apresentado. O discurso do atual governo federal dá entender que tem feito sua parte por meio das ações implementadas pelo MEC, e com o assentimento de todos, pois a sociedade e os professores têm participado desse processo.

Retomamos outra vez Pêcheux ([1975], 2009) quando assevera que a estratégia do marketing político é diluir as diferenças políticas e ideológicas. Não é sem consequência o seu “uso” na prática política. Segundo o autor, o que temos de reaprender na prática é que a política do performativo (quando *dizer* se desloca para parecer *fazer*) não é informação é propaganda, o gesto substitui a prática e é a língua de Estado falando.

Ou seja, o Estado adere a tais mecanismos para que possa continuar a exercer seu poder, utiliza-se do marketing político que não descansa e não dá trégua, faz circular diariamente na TV, no rádio e nas mídias digitais um discurso direcionado ao povo. Aliás, esse é um dos elementos do funcionamento e da eficácia da propaganda: fazer ecoar o discurso sobre mudanças. São os novos modos de assujeitamento.

Chama-nos a atenção o fato de que essa prática política cada vez mais dá lugar ao parecer pela simulação do real. Através do jogo de palavras *democracia*, *cidadania* e *inclusão*, abre-se a possibilidade de identificação ao sujeito e se esforça em tomar partido das antigas formas de assujeitamento para adaptá-las às próprias necessidades. É nesse lugar em que língua e história se ligam pelo equívoco, lugar de deslizamentos de sentidos como efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação.

Cabe observar que o capitalismo contemporâneo tornou a dominação mais sutil, permitindo a classe no poder exercer sua maestria. É por meio, então, das leis do Estado, a língua do direito, que os sujeitos passam a se identificar, se reconhecer em seu lugar de cidadão de um Estado. Segundo Gadet e Pêcheux (2010), a língua do direito é uma língua de madeira e, representa, assim, na língua, a maneira política de denegar a política, por meio da dupla linguagem, dos artificios da asserção e da repetição. Os autores afirmam: “a língua de madeira e da política se enrosca com a língua vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura de nossa modernidade a que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega”. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p.23).

Por meio da análise do vídeo sobre a Base Nacional, podemos dizer, em conformidade com Pêcheux ([1979] 2011, p.92), que a propaganda, mais especificamente a propaganda política, como “arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções”, tem feito certamente “grandes progressos”. É expressivo o investimento feito pelo atual governo federal na divulgação em toda mídia nacional das reformas empreendidas por/na sua gestão. Isto nos leva a pensar na responsabilidade daqueles que detêm as estratégias/armas da propaganda face a seu público alvo: a massa popular.

Mas cabe lembrar de não esquecer que o assujeitamento é da ordem do político, do simbólico e, portanto, também da ordem da resistência.

Nas palavras de Pêcheux ([1975] 2009, p.281):

- não há dominação sem resistência: primeiro princípio da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’.

Considerações finais

Na propaganda analisada, observamos a produção e circulação de um discurso que atualiza sentidos para o embate entre a crise da democracia estabelecida no país e o desejo de mudança projetado. O enunciado “Educação é a base” construído para mobilizar as massas se sustenta pelo funcionamento da ideologia, sob uma aparente neutralidade, pauta-se no argumento de que a elaboração da BNCC além de necessária, resulta de “uma vontade coletiva”, pois contou com “o envolvimento de educadores e da sociedade” (BNCC, 2017).

Desse modo, percebe-se na textualização dessa discursividade que o documento busca construir para os professores, gestores e especialistas da rede básica de ensino, um lugar de participação na construção da “nova” proposta curricular, que a nosso ver, restringe-se a conhecer, debater e avaliar, respectivamente. Sendo mais importante fazer parecer que se trata de um trabalho construído “democraticamente”. Ademais, outros enunciados da propaganda retomam pela memória discursiva os ideais de igualdade - o direito de “todos à educação” – fazendo ecoar em meio às ilusões algo estranhamente tão familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dRTN_4qWGcs> Acesso em 08 de abril de 2017. Acesso em 08 de abril de 2017.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Trad. Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2 ed. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. 2 ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. [1979]. Foi propaganda mesmo o que você disse? In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p.121-129.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Educação a distância, mídia e reciclagem. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação**. V. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003, p. 31-42.

_____. Políticas públicas de ensino. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, 2010, p. 85-99.

Recebido em: setembro de 2017.

Aprovado em: janeiro de 2018.

Como citar este trabalho:

BRESSANIN, J. A. Educação é a base: a discursividade da propaganda do governo federal. **Traços de linguagem**, v. 2, n. 1, p. 22-28, 2018.
